

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA DESENVOLVIDO COMO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

The Universities and the Program Alfabetização Solidária Developed as an Extension Activity

Joveliana Amado da Silveira¹
Marilúcia de Menezes Rodrigues²

RESUMO: *A presente experiência teve como objetivo estudar o Programa Alfabetização Solidária, na cidade de Uberlândia, para analisar o papel das Instituições de Ensino Superior, Centro Universitário do Triângulo - UNIT e Universidade Federal de Uberlândia - UFU, no que se refere às ações desenvolvidas pelas suas Pró-Reitorias de Extensão, para enfrentar os problemas específicos da sociedade concernentes às altas taxas de analfabetismo nos municípios de Presidente Juscelino e São Francisco do Maranhão, no Maranhão e Granjeiro e Várzea Alegre, no Ceará. O PAS surge dentro de uma ação imperativa das organizações civis, empresariais, governamentais, alfabetizando jovens e adultos nas regiões nordestinas e em grandes centros urbanos. As IES públicas e privadas por meio das Pró-Reitorias de Extensão objetivam contribuir com a sociedade marginalizada na redução de disparidades sociais e educativas, contribuindo na formação dos alfabetizadores do PAS, na seleção, acompanhamento, avaliação dos alunos e nas intervenções nas Secretarias Municipais de Educação, além de contatos com a Secretária Executiva do PAS em Brasília. Na análise das bases legais, LDB 9394/96, Plano Nacional de Extensão e Programa Universidade Cidadã, constata-se, no presente estudo, que as IES desenvolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, quando integram programas no seu plano institucional e acadêmico, alargando o campo de atuação na articulação do discurso político com ações concretas de relevância social no campo educacional. Na pesquisa experimental realizada comprovou-se que, o papel das Pró-Reitorias de Extensão no PAS é fundamental, tem caráter institucional, acadêmico e espaço de debates de problemas educacionais como o analfabetismo.*

UNITERMOS: *Universidade; Extensão; Sociedade; Educação de Jovens e Adultos.*

ABSTRACT: *The present study has been developed with the objective of studying the "Program Alfabetização Solidária" (PAS), coordinated by university institutions in Uberlândia, to analyze the role played by undergraduate Institutions: Centro Universitário do Triângulo-UNIT and Federal University of Uberlândia – UFU. The major interest is related to the actions developed by the Extension Offices, to solve specific problems related to the illiterate people involved in the projects in the cities of Presidente Juscelino and São Francisco do Maranhão, in the state of Maranhão and in*

¹Mestre em Magistério Superior pelo Centro Universitário do Triângulo.

²Doutora pela Universidade Metodista de Piracicaba e professora do Programa de Mestrado em Magistério Superior do Centro Universitário do Triângulo.

Granjeiro and Várzea Alegre, in Ceará. The Institutions, by means of their Extension Offices, have the objective of contributing to the marginal society, searching to reduce social and educational inequalities. In the present paper it was observed that the Extension Offices in the "PAS" Program are very important in the process since they play institutional and academic roles, providing space for the debate on relevant educational matters such as illiteracy.

KEYWORDS: *University; Extension; Society; Education of the Young and Adult.*

INTRODUÇÃO

Para compreender o Programa Alfabetização Solidária - PAS, torna-se necessário contextualizar a Alfabetização de Jovens e Adultos desde os primeiros movimentos nacionais voltados para a redução dos índices de analfabetismo. Assim, com a intenção de compreender os programas de alfabetização no Brasil, foi importante realizar um percurso histórico e rever as bases legais nas duas últimas décadas do século XX.

As pesquisas mais recentes comprovaram a necessidade de ampliação de estudos que vão desde a preocupação com a questão de índices de analfabetismo, até os projetos inseridos no âmbito das políticas públicas, pelas quais buscavam-se alternativas para a redução de tais índices. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999, por exemplo, comprova a existência de 15,1 milhões de pessoas analfabetas, ou seja, 14,4% da população, que nunca freqüentaram a escola ou que têm menos de um ano de escolaridade, colocando o Brasil entre os países com maior número absoluto de pessoas não-alfabetizadas.

Na década de 1990, os órgãos financiadores da educação brasileira, Banco Mundial e os organismos internacionais, como a UNESCO, perceberam a urgência de ações específicas para o combate ao problema detectado, e pesquisas comprovaram a necessidade de ampliação de estudos que enfocassem desde a preocupação com a questão de índices de analfabetismo até os projetos que, inseridos no âmbito das políticas públicas, buscassem alternativas de redução de tais índices

A alfabetização de jovens e adultos, ao longo da história, foi encarada como uma forma de aumentar o contingente eleitoral, motivo pelo qual a burguesia assumiu a responsabilidade de alfabetizar. Entretanto, o movimento não foi protagonizado pela sociedade política, porque se tratava de uma proposta de mudança e não de consolidação. Aconteceu um deslocamento da alfabetização para um alvo fora do contexto educacional, ou seja, para o âmbito político, com finalidades, algumas vezes, legitimadas. E, assim, surgiu o Programa Alfabetização Solidária - PAS, dentro de uma ação imperativa das organizações civis, empresariais e governamentais e da sociedade civil em prol dos marginalizados da escolarização regular, no sistema educacional brasileiro.

Assim, na segunda metade da década de 1990, na tentativa de amenizar este problema, veio à tona, na história da Educação de Jovens e Adultos, um Programa de Alfabetização de Adultos, o PAS, um dos programas inovadores do Conselho da Comunidade Solidária.

O PAS, criado em janeiro de 1997, pelo Conselho da Comunidade Solidária, é um exemplo marcante de parcerias que objetivam reduzir os altos índices de analfabetismo no país na faixa etária de 12 a 17 anos. Este Programa se efetiva pela parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), as universidades, as empresas, as prefeituras municipais e a sociedade civil.

As Instituições de Ensino Superior no Programa Alfabetização Solidária dentro do enfoque extensionista possibilita perceber a relevância social, principalmente por terem sofrido um intenso processo de transformação desde o seu surgimento, no século XII, até os dias atuais, assumindo um papel social muito importante que evolui conforme as mudanças da sociedade. No limiar do terceiro milênio, elas atingiram um importante grau de reconhecimento, nacional e internacional. Em pleno século XXI, percebeu-se que caminhos são trilhados para a universalização e consolidação da diversidade. Entretanto, existe uma demanda que se torna visível pelas condições de vida, pela organização, pela estrutura de poder, além da instrumentalização nos diversos contextos, comprovando um quadro heterogêneo.

Nesse sentido, deseja-se que a Universidade caminhe para se tornar uma instituição democratizada e acessível às diferentes camadas da população, de maneira que, no chamado terceiro mundo, seja comprometida e enraizada, como uma alternativa viável para o desenvolvimento social.

Assim, é de grande importância que as suas ações estejam calcadas no tripé ensino-pesquisa-extensão. A Extensão Universitária se caracterizou como uma atividade acadêmica, possibilitando um novo direcionamento à universidade brasileira, no sentido de contribuir, de forma significativa, para uma mudança na sociedade. No Brasil, *a extensão universitária vai se tornar formalmente componente dos objetivos do Ensino Superior somente com o Decreto 19.851, de 11-04-31, que se constituiu no 1º Estatuto das Universidades Brasileiras* (REIS, 1988).

A ação extensionista, neste estudo, aconteceu no domínio humano. A extensão dos conhecimentos e de técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão, dentro do humanismo concreto, científico.

A inclusão dos jovens e adultos no Programa Alfabetização Solidária nasceu, basicamente, da constatação das altas taxas de analfabetismo nas regiões Norte e Nordeste. Constatou-se, ainda, a crescente necessidade da alfabetização como condição mínima para a cidadania plena e para a inserção no mercado de trabalho.

Para isto, foi indispensável que os diversos setores da sociedade buscassem não só inserir mas, também, possibilitar a permanência do aluno na escola, para que os cidadãos pudessem participar ativamente da Alfabetização de Jovens e Adultos.

Desde janeiro de 1997, as universidades brasileiras participaram do Programa Alfabetização Solidária, com número inicial de 38 IES, cumprindo um importante papel social. Delas saíram os Coordenadores Setoriais do PAS, professores das instituições, cada um com a responsabilidade de desenvolver o Programa em um ou mais municípios. Inicialmente, o coordenador setorial fez uma viagem precursora, com o objetivo de conhecer a realidade do município e selecionar os alfabetizadores para a capacitação e alunos para monitoramento do treinamento de alfabetizadores. Os professores coordenadores setoriais avaliaram, mensalmente, o Programa e os alunos. Elaboraram relatórios, estimularam a geração de pesquisas e, principalmente, assessoraram a rede municipal na organização de cursos para a

educação de jovens e adultos.

É nesta perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão que as IES públicas e privadas vêm trilhando para produzir os conhecimentos e divulgá-los de forma mais transformadora, embora tenham que abrir mais espaço ao debate e à participação das comunidades que se encontram marginalizadas, excluídas do conhecimento científico e cultural.

Na Universidade brasileira, a atividade de extensão, até a década de 80 do século XX, caracterizava-se por ações dispersas, tendo pouco reconhecimento no meio acadêmico.

Conscientes dessa problemática, os Pró-Reitores de Extensão das Universidades públicas, com vistas a assegurar uma diretriz orientadora e comum a todas as instituições, em 1987, organizaram o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Este encontro possibilitou a elaboração de um conceito de extensão que contemplou os principais aspectos característicos da ação extensionista como uma das finalidades da formação universitária, e como parte indispensável do pensar e fazer universitários.

O I Encontro do Fórum assim conceituou a Extensão Universitária:

a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes terão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (BRASIL, 2000).

No Programa Universidade Cidadã, a função da extensão deve estar voltada para a formação dos cidadãos, atribuindo às universidades um papel importante na transformação da sociedade, tornando possível um melhor exercício da cidadania. Para isto, as IES e, em especial as Pró-Reitorias de Extensão, devem implementar programas e projetos no sentido de levar solução para os problemas das comunidades em situação de exclusão.

Dentre as temáticas de trabalho, a extensão tem focalizado a Educação Básica e, no tocante aos problemas emergentes neste século, a questão do analfabetismo se tornou um dos mais urgentes, devido aos seus altos índices.

No cenário globalizado e contemporâneo, a Universidade teve um papel de transformar

a sociedade brasileira em um espaço para o exercício da cidadania, de superação da exclusão e marginalização em que vive grande parte da população que não conhece os seus direitos sociais, políticos, culturais e educacionais.

No documento Programa Universidade Cidadã, é enfocada a relação Universidade–Comunidade, mostrando a importância da participação da comunidade no estabelecimento de prioridades, no planejamento, na execução, vigilância e avaliação de Programas.

É significativa a participação das comunidades nos programas e projetos, principalmente para garantir seu desenvolvimento e nível de consciência da sua condição de cidadania mediado por um processo educativo no qual a

Educação é entendida, acima de tudo, como um compromisso político e social de formação do cidadão e da cidadania. Pressupõe competência técnica e, também, capacidade para lidar com a invenção, conteúdos e métodos operantes no espaço de trabalho, em íntimo processo de articulação que envolva comunidade e gestores (BRASIL, 2000).

O Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, objetivou reforçar o compromisso da Universidade com a transformação da sociedade brasileira no que concerne à justiça, à solidariedade e à democracia.

No que diz respeito ao ensino, neste documento fica clara a idéia de um novo conceito de sala de aula, que vai além da dimensão tradicional, compreendendo os espaços dentro e fora da universidade, com um conteúdo multi e interdisciplinar, de acordo com exigência da própria prática.

As IES, no que concerne suas funções básicas de produtoras e socializadoras do conhecimento, objetivaram a intervenção na realidade, possibilitando também acordos e ações coletivas entre universidade e população. Desta forma, reafirmou-se o papel social da Universidade, na inserção nas ações que promovam e garantam os valores democráticos de igualdade e desenvolvimento social, colocando a extensão como prática acadêmica, objetivando interligar a Universidade, em suas atividades de ensino, pesquisa, de acordo com as demandas da sociedade.

Desta forma, a extensão se concretizará como prática acadêmica quando for discutida a sua proposta de ação global, desde que a sua inserção institucional aconteça nos diversos setores da universidade, para definir as linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade.

No que concerne ao ensino propriamente dito, neste novo paradigma da modernidade, se concretiza um novo espaço de sala de aula, o qual possibilita à Universidade ir ao encontro da comunidade para dialogar, dentro de uma postura humanista verdadeira, empenhando-se em transformar a realidade, pois, segundo Paulo Freire, *o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1992).*

Na visão humanista, a extensão universitária, na modernidade, caminhará para uma educação libertadora, cujas preocupações básicas devem estar voltadas para o aprofundamento e a tomada de consciência dos homens enquanto agem e trabalham. E essa tomada de consciência não se dá nos homens isoladamente, mas enquanto travam entre si e o mundo relações de transformação, e, desta forma, instaura-se a conscientização, que a seu turno não se verifica entre seres abstratos e no ar, mas nos homens concretos e em estruturas sociais. Será considerada atividade de extensão universitária aquela que estiver voltada para o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Universidade, por sua própria produção ou pela sistematização, ou, ainda, pelo estudo do conhecimento universal disponível como parte inerente ou etapa integrante dos processos de produção de conhecimento e não como algo à parte desses processos. Deve-se tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias atividades, de forma a não se transformarem em atividades que substituam, sem objetivos educacionais, aquelas que deveriam ser feitas por outras agências sociais.

É de grande importância que, sempre que possível, as atividades de extensão envolvam alunos regulares dos cursos de graduação e de pós-graduação, como executores-colaboradores nessas atividades.

Ao se reafirmar a função de extensão como parte indispensável do pensar e fazer universitários, fica implícita uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto administrativamente quanto academicamente.

O que se infere do quadro traçado é que a extensão universitária pode estar voltada para a realização de ações, projetos planejados internamente de acordo com os objetivos de cada IES, voltados para o atendimento dos problemas locais e regionais e, também, integrada à realização de projetos, programas propostos por órgãos oficiais (Federal, Estadual e Municipal) ou ONGS, desde que atendam aos objetivos definidos na política institucional de extensão, a qual foi definida no plano Nacional de Extensão pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

As IES, tanto públicas como particulares, vêm cumprido um papel relevante para a sociedade, na responsabilidade da socialização do conhecimento teórico e prático, participando, desta forma, da construção do coletivo, tanto no engajamento de profissionais, quanto no compromisso solidário com os sujeitos não-alfabetizados, que vêm sendo, historicamente, penalizados nos aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Neste momento, a análise voltou-se para o trabalho desenvolvido pelo Centro Universitário do Triângulo - UNIT e pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, especificamente no PAS. Para tanto, foi importante rever metas, missão e a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão como política institucional que demanda ações voltadas tanto para o plano acadêmico como para o plano social via extensão.

METODOLOGIA

A pesquisa assumiu um caráter qualitativo e utilizou a análise documental, de conteúdo,

análise estatística e, também, teve um caráter de pesquisa participante.

O material foi obtido por meio de entrevistas, questionários, depoimentos e observações em sala de aula.

Depois de realizar a coleta de dados e organizá-los, num processo de leituras e releituras, volta-se a examiná-los para detectar temas e temáticas mais frequentes. Como procedimento indutivo, a organização e a análise do material pesquisado culminou na construção de categorias ou tipologias, que foram levantadas a partir dos questionários, das entrevistas e das observações. Estas categorias são as seguintes:

1. Curso de Formação dos Alfabetizadores, monitores e coordenadores municipais do Maranhão e Ceará, analisado pelos Pró-Reitores de Extensão, Coordenadores Setoriais, professores formadores das duas IES, e também pelos coordenadores municipais, alfabetizadores, monitores pedagógicos e alfabetizandos do PAS nos municípios de origem;
2. Significado de letramento e alfabetização, analisado pelos mesmos sujeitos entrevistados;
3. Impacto do PAS nos municípios e nas IES;
4. A continuidade/descontinuidade do PAS nos municípios e nas IES e
5. Papel das Pró-Reitorias de extensão no PAS.

Em relação às fontes primárias, o trabalho deteve-se na análise dos seguintes documentos: a criação de programas com características focalizadoras, como o Programa Alfabetização Solidária (Provedor-Brasília-DF), o Estatuto da Associação de Apoio - Comunidade Solidária (Documento Mestre-Brasília-DF), os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, o Plano Nacional de Extensão Universitária, o Programa Universidade Cidadã, Plano Nacional de Extensão (1999-2000) e a Avaliação da Extensão Universitária (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2000).

Dentre as fontes secundárias, o estudo foi apoiado na análise dos seguintes documentos:

- Sete relatórios dos Cursos de Formação de Alfabetizadores realizados pelo Centro Universitário do Triângulo - UNIT, no período de julho/1998 a dezembro/2001.
- Nove relatórios dos Cursos de Formação de Alfabetizadores realizados pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, no período de julho/ 1997 a dezembro/ 2001.
- Relatórios de visitas e avaliações dos municípios de São Francisco do Maranhão e Presidente Juscelino, atendidos pelo UNIT, e dos municípios de Granjeiro e Várzea Alegre, atendidos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU.
- Documento elaborado pelo Conselho Consultivo da Coordenação de Universidades do PAS - "Princípios Orientadores para Proposta Político-Pedagógica do PAS" (1999).
- Documentos de Avaliação Final dos módulos II, III, IV, VI e VII, elaborados pelo Conselho da Comunidade Solidária e PAS de Brasília.
- Instrumentos de Coleta de Dados, elaborados pelo Coordenadores Setoriais do UNIT e da UFU, no período de 1997 a 2001.

Os documentos subsidiaram as análises, contribuindo para a compreensão do objeto de pesquisa. Neste trabalho, constituíram-se também como fonte da qual foram retiradas evidências que possibilitaram fundamentar afirmações quanto aos aspectos político-educacionais, filosóficos, éticos, econômicos e psicopedagógicos do PAS. Também, como técnica exploratória, a análise documental indicou problemas que requeriam ainda um aprofundamento na análise dos dados. Assim, buscou-se nas entrevistas, nas observações e na análise estatística, o esclarecimento necessário.

Para a coleta de dados, foi elaborado um instrumento de observação das aulas e questionários que foram aplicados durante o Curso de Formação dos Alfabetizadores, tendo em vista obter uma gama maior de informações acerca de recursos didáticos, dos conteúdos trabalhados, do confronto teoria-prática, da utilização de livro didático, do planejamento, da avaliação do ensino-aprendizagem e dos temas referentes ao PCN da Educação de Jovens e Adultos.

A leitura das fontes primárias e secundárias foi realizada a partir dos seguintes conceitos: Programa Alfabetização Solidária, Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização de Adultos, alfabetização, letramento, cidadania, capacitação, avaliação.

RESULTADOS

As categorias de análise ilustram a participação das IES nas ações desenvolvidas no Programa, desde a sua inserção na Extensão até os benefícios para as comunidades. As IES, em suas intervenções nos municípios, realizaram a seleção, o acompanhamento, as avaliações dos alunos e dos alfabetizadores, além dos Cursos de Formação dos Alfabetizadores do PAS oriundos do estado do Maranhão e do Ceará, realizados na sede das IES.

Num primeiro momento, buscou-se identificar o papel das IES pelas entrevistas com dois Pró-Reitores de Extensão e 2 Coordenadores Setoriais da UNIT (Ver Tabela 1).

Tabela 1. O papel das Instituições de Ensino Superior no PAS:

Respostas	Porcentagem
Fundamental para ampliar conhecimento científico	28,6
Prestação de serviço à comunidade	14,3
Assistencialismo	14,3
Momento de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão	42,8
Total	100

Fonte: Entrevistas realizadas em 2001, UNIT.

Figura 1. Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais do UNIT.

Os dados, na Figura 1, mostram pontos significativos sobre o papel das IES: 28,6% consideram a parceria com o PAS como fundamental para ampliar o conhecimento científico e 42,8%, como momento para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão. Também houve quem julgasse esse trabalho como prestação de serviço e assistencialismo. Tornou-se importante, nesta análise, recorrer à literatura da área para a compreensão dos termos aqui mencionados. Neste sentido, o Programa Universidade Cidadã apontou que as Pró-Reitorias de Extensão devem induzir programas e projetos, visando enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação de exclusão e, assim,

a Universidade passa a ter a cara da Sociedade, construindo cidadania, na medida em que seu cotidiano conseguir inserir essa preocupação. Em outros termos, quando essa preocupação se tornar visível nas salas de aula, nos laboratórios e nas atividades extra-campus, enfim, quando ensino, pesquisa e extensão se harmonizarem numa ação cidadã (BRASIL, 2000).

A universidade tem como função a produção do conhecimento científico, articulando o ensino e a pesquisa na relação transformadora da sociedade. *Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social*, definido no I Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, 1987 (BRASIL, 2000).

Foi, também, importante verificar o papel das Pró-Reitorias de Extensão, no desenvolvimento do Programa, conforme tabela 2:

45
40
35
30
25
20
15
10
5
0

% de respostas

Tabela 2. O Papel das Pró-Reitorias de Extensão no PAS

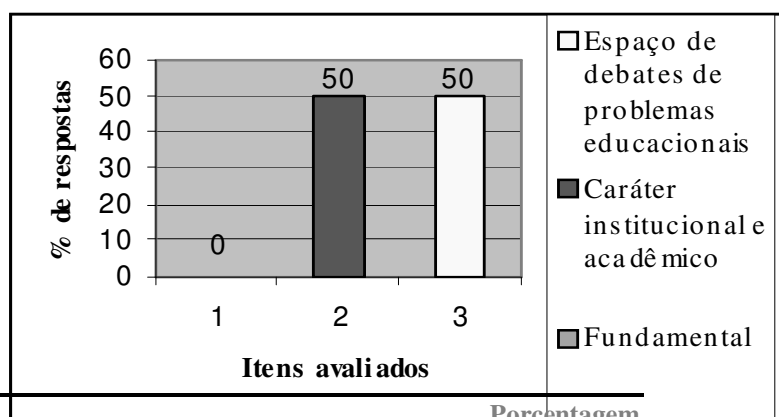


Figura 2. Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais do UNIT.

Respostas	Porcentagem
Fundamental	00,0
Caráter institucional e acadêmico	50,0
Espaço de debates de problemas educacionais como o analfabetismo	50,0
Não respondeu	00,0
Total	100

Fonte: Entrevistas realizadas em 2003. A Figura 2 possibilita o entendimento da visão que têm Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais do UNIT sobre o papel das Pró-Reitorias de Extensão no PAS: um caráter institucional e acadêmico e também um espaço de debates de problemas educacionais. Isto é discutido por SOUSA (2000), que julga a extensão

o instrumento necessário para que o produto da Universidade - a pesquisa e o ensino - esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na Sociedade. Dessa forma, poder-se-á estar contribuindo, com a crítica e com a análise, para a construção, junto com a sociedade, de um sistema mais justo. A Universidade deve estar presente na formação do cidadão dentro e fora de seus muros (SOUZA, 2000).

Desta forma, quando a concepção de extensão universitária passa a ser vivida, assumida

e concretizada, definem-se os caminhos que podem ser trilhados. O papel histórico da extensão é o de aproximar a universidade da sociedade. E, assim, a universidade vem desempenhando um papel transformador, de produtora de conhecimento, de formadora de recursos humanos e de crítica social, apesar de enfrentar limitações.

Os questionamentos sobre o PAS feitos aos Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais do UNIT entrevistados apresentam-se ilustrados na Figura 3.

Figura 3. Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais.

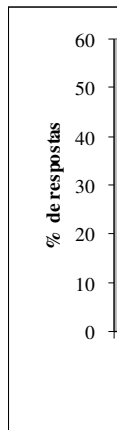
Como expressa o gráfico acima, metade dos Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais do UNIT vêem o PAS como uma oportunidade de formar cidadãos; 34,3% deles o consideram uma atividade de extensão e 16,7% acreditam que as IES cumpriram a função social, haja vista que toda ação deve considerar os papéis sociais definidos na comunidade educativa. De acordo com as diretrizes do Programa Universidade Cidadã definido pelo Fórum Nacional de Extensão (1987),

o engajamento das Universidades na luta pela Cidadania Plena só se realiza através da efetiva articulação com instituições e organismos da sociedade brasileira, sociedade civil e política, igualmente comprometidos com as transformações do atual quadro de exclusão social, devendo esta iniciativa garantir um processo interativo e amplamente participativo com todos os interesses para a consolidação da Cidadania Plena (BRASIL, 2000).

Assim, para OLIVEIRA e SOUZA (1999), *através do Programa Alfabetização Solidária, a universidade vai além da retórica e materializa a sua função social* e, neste sentido, é importante considerar que as IES, comprometidas com as camadas sociais mais excluídas dos direitos de cidadania plena, fortalecerão seu espaço de luta pela transformação.

Na UNIT, os dados coletados mostraram um significativo impacto no seu interior e nos municípios que participaram do PAS.

No tocante à outra instituição pesquisada, uma universidade pública, que visa



desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, ao integrar programas desta natureza no seu plano institucional e acadêmico, alargando seu campo de atuação na articulação do discurso político com ações concretas de relevância social no campo educacional, tem-se a Tabela 3, que apresenta os resultados das entrevistas acerca do papel das IES no PAS por um Pró-Reitor e uma Diretora de Extensão, um Gerente de Divisão voltada para o apoio à Educação Básica e três Coordenadoras Setoriais da UFU.

Tabela 3. O papel das Instituições de Ensino Superior no PAS

Respostas	Porcentagem
Fundamental para ampliar conhecimento científico	33,3
Prestação de serviço à comunidade	0
Assistencialismo	0
Momento de desenvolver o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	55,5
Parceira inestimável	11,2
Não respondeu	0
Total	100

Fonte: Entrevistas realizadas em 2001, na UFU

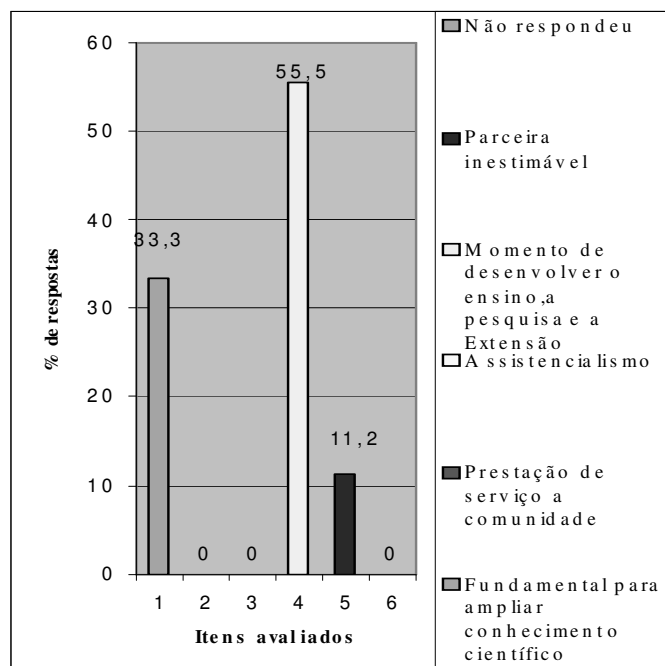


Figura 4. Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais da UFU.

Para os 55,5% dos gestores da UFU, o papel das IES no PAS contribui para a efetivação do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão; para 33,3% é uma forma de concretizar o papel fundamental da ampliação do conhecimento científico. De fato,

o papel da Extensão é tornar o produto da academia - o conhecimento - acessível a todos e não a uma camada privilegiada da Sociedade. Quando se fala em tornar o conhecimento acessível, a questão da produção de conhecimento deve ficar clara, pois esse é o principal papel da Universidade: ela precisa disso como matéria-prima para ensinar (BRASIL, MEC/SESU, 2000).

O papel das Pró-Reitorias de Extensão, segundo a visão dos Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais da UFU, está exposto na Tabela 5 e Figura 5.

Tabela 5. O papel das Pró-Reitorias de Extensão no PAS.

Respostas	Porcentagem
Fundamental	37,5
Caráter institucional e acadêmico	37,5
Espaço de debates de problemas educacionais como analfabetismo	25,0
Não respondeu	0
Total	100

Fonte: Entrevistas realizadas em 2001, na UFU.

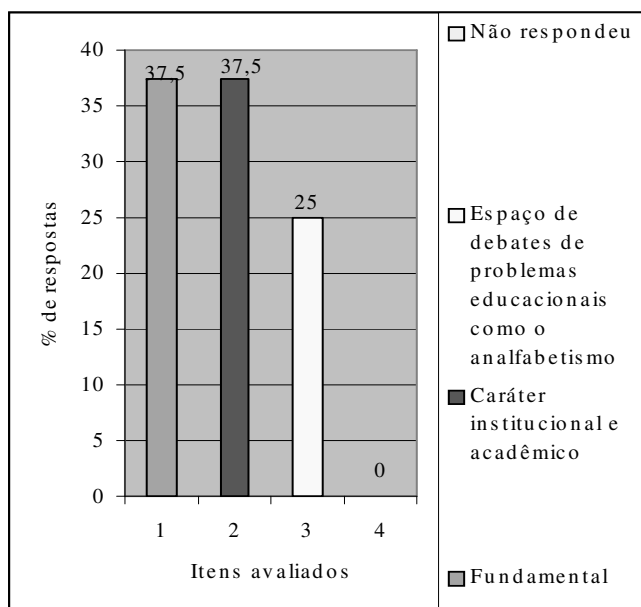


Figura 5. Pró-Reitores e Coordenadores Setoriais. O papel das Pró-Reitorias de Extensão no PAS.

O papel das Pró-Reitorias de Extensão no Programa Alfabetização Solidária é importante, visto que 37,5% dos entrevistados disseram que foi fundamental esse papel; 37,5% destacaram seu caráter institucional e acadêmico e 25% a julgaram como o espaço de debates de problemas educacionais como o analfabetismo. Isto comprova que as IES desenvolvem um papel de grande relevância para as comunidades excluídas, haja vista o

Programa Universidade Cidadã, proposto pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras. O depoimento de um dos Pró-Reitores entrevistados¹ sobre o papel das Pró-Reitorias de Extensão o confirma:

Eu acho o papel das Pró-Reitorias fundamental para coordenar a ação interna, no caso da instituição que tem mais de um município, para dar ajuda e o caráter institucional, até porque não se deseja a participação da universidade nestes programas, na minha concepção, desarticulada de uma política institucional. Quer dizer, a instituição tem uma proposta acadêmica, uma proposta de extensão e estes programas devem estar articulados com estas propostas. Então, a Pró-Reitoria normalmente tem esta atribuição de articular as diversas ações, de assegurar o cumprimento de um plano institucional, até mesmo por questões conceituais, então, além disso, a Pró-Reitoria, ela tem um papel gerencial, e ainda um outro aspecto, no momento em que estes programas ficavam muito nas mãos dos professores, as decisões eram, muitas vezes, pontuais e personalizadas (F.M.B.W, 2000).

Para a Coordenadora Setorial² da UFU,

o papel das Pró-Reitorias de Extensão é de auxiliar a pensar o Programa, de dar as diretrizes gerais, porque é um programa de extensão, não tenho dúvida que o Alfabetização Solidária atinge o âmbito da extensão. Por exemplo: a Pró-Reitoria auxiliaria nas questões sociais, estruturais, diretrizes gerais. Não vejo a Pró-Reitoria de extensão como a executora, a centralizadora, gerindo. Não consigo enxergar, pode ser que eu esteja equivocada. O papel da Pró-Reitoria é mais amplo em relação à diretriz e coordenação de muitos projetos e não só da Alfabetização Solidária, então eu vejo que o papel dela é acompanhar o desenvolvimento, avaliar e propor alternativas, mas não fazer (M.S., 2000).

DISCUSSÃO

Nesta análise foi possível constatar que as IES, ao desenvolver o Programa Alfabetização Solidária, voltaram suas ações para o enfrentamento de problemas educacionais e sociais pelos quais passa a sociedade brasileira. Ao estender o saber produzido no espaço acadêmico, saindo dos seus muros, essas instituições trilharam caminhos e desenvolveram o ensino, a pesquisa e a extensão, cumprindo a função social. Assim, ao desenvolver conhecimentos e novas metodologias, unindo teoria-prática, procuraram construir teorias para trabalhar na

¹ O nome do entrevistado foi trocado para resguardar a identidade do mesmo.

² O nome do entrevistado foi trocado para resguardar a identidade do mesmo.

alfabetização de jovens e adultos. Na socialização dos conhecimentos produzidos e no enfrentamento das problemáticas que a sociedade vivencia, conheceram a realidade educacional, cultural e social específica das regiões em que atuaram.

Ao participar de atividades extensionistas, os alunos dos cursos de licenciatura e os professores formadores tiveram um crescimento significativo no que concerne as novas teorias, recursos didáticos e metodologias da EJA e também conheceram a realidade das comunidades excluídas do sistema regular de ensino. E as IES, certamente, ficaram mais conhecidas no âmbito nacional, por terem desenvolvido muitas pesquisas na área de alfabetização de jovens e adultos.

CONCLUSÃO

O Programa Alfabetização Solidária representa um avanço no processo de institucionalização da alfabetização de jovens e adultos do Brasil. Seu grande diferencial está no envolvimento da comunidade acadêmica das IES nas diferentes regiões do país.

A pesquisa enquadra-se no âmbito das políticas públicas, pois seu objeto contextualiza-se como uma política social do governo federal, e, ao se concretizar nas IES, configura-se como política educacional, via extensão universitária.

Nas bases teóricas, o PAS não infringiu nenhum dos aspectos no que concerne ao tripé ensino, pesquisa e extensão, isto é, as universidades, em suas atividades extensionistas, se inserem em programas oficiais e não-oficiais de extensão.

No caso do PAS, a questão teórico-metodológica do processo ensino-aprendizagem, norteador das atividades de alfabetização, foi organizada pelos princípios que os próprios formadores acreditaram e definiram como válido para as comunidades atendidas.

Nas duas instituições pesquisadas – UNIT e UFU –, o PAS está institucionalmente oficializado, lotado nas suas respectivas Pró-Reitorias de Extensão, que o respalda, e envolve o corpo docente e discente, desencadeando desdobramentos internos. Verificou-se que há interesse das Pró-Reitorias de Extensão em atuar na área, e o próprio histórico mostra que, pela missão institucional, ambas sempre procuraram atender a comunidade por meio dos programas de extensão.

Ao concretizar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, as IES cumprem sua função acadêmica e institucional, ao mesmo tempo em que contribuem para minimizar graves problemas da sociedade, tanto no âmbito educacional como no social, além de ampliar a socialização do conhecimento científico e realizar a prestação de serviço às comunidades.

Assim como indicou a análise das bases legais (Constituição Federal de 1988, LDB 9394/96, PNE e o Plano Nacional de Extensão), pode-se inferir que o PAS se insere no interior das IES como uma ação extensionista, pela implantação do Curso de Formação dos Alfabetizadores, pelo trabalho de seleção e de acompanhamento dos alfabetizadores e avaliação dos alunos, bem como pelas intervenções nas comunidades atendidas. Ou seja, a ação de um programa específico, de tempo determinado, oportunizou o desdobramento de outras ações de caráter mais permanente, como a oficialização no Sistema de Educação Básica nos municípios atendidos pelas IES estudadas, e também possibilitou desencadear um dos aspectos da política pública da educação: a institucionalização da EJA.

Na pesquisa realizada, verificou-se que, pelo Programa Alfabetização Solidária, as IES públicas e privadas efetivam as diretrizes do Programa Universidade Cidadã (1987), no momento em que atendem às comunidades mais longínquas, na área da educação básica, e quando desenvolvem uma ação extensionista voltada para a promoção do ser humano.

Assim, esse Programa objetiva não somente a mera transmissão de conteúdos ou a mera prestação de serviços, mas, principalmente, a difusão dos valores da cidadania, implicando a construção e a elaboração de conhecimentos. Além disso, propicia a formação do cidadão, do profissional e do profissional-cidadão, promovendo o indivíduo como ser social pleno de valores e potencialidades.

O Programa teve uma relevância social no interior das IES, visto na mudança da compreensão dos diversos sujeitos envolvidos e, principalmente, ao efetivar ações específicas na formação dos alfabetizadores, nas intervenções realizadas nos municípios junto aos administradores e junto à Coordenação Executiva do PAS, como articuladora do diálogo entre os diversos executores desse Programa.

O Curso de Formação dos Alfabetizadores realizado nas duas IES é considerado como um período preparatório para as atividades pedagógicas no contexto das salas de aula. Os diversos sujeitos questionados consideraram que os alfabetizadores estão parcialmente aptos, levando-se em consideração a formação anterior e o tempo de duração do curso nas IES, justificando, assim, a formação continuada e em serviço, além de muita dedicação e compromisso por parte do educador.

O impacto do Programa nas IES é visto pelos seus desdobramentos, refletindo na implantação do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na participação de alunos e professores dos cursos das licenciaturas, na inserção da disciplina Educação de Jovens e Adultos no curso de Pedagogia e na criação de Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, como espaço de discussão das questões sociais e da Educação Popular, além de pesquisas de mestrado, participação em congressos e publicações e pela institucionalização de salas da EJA em todos os municípios foco desta pesquisa.

Pelas observações feitas durante a realização dos cursos de formação, foi possível perceber que as IES construíram novas metodologias de trabalho, unindo teoria e prática na área específica da Alfabetização de Jovens e Adultos, o que significa um passo importante para a luta iniciada por muitos estudiosos dessa área, desde há muito tempo, na história educacional.

Os dados coletados na pesquisa de campo proporcionaram o entendimento da necessidade da continuidade de ações voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos, no sentido de formar uma massa crítica que possa colaborar para a transformação desta parcela da sociedade excluída de seus direitos de cidadão. E as IES, ao participarem deste Programa, estão contribuindo de forma bastante significativa, cumprindo a função social que lhes é própria. Ao mesmo tempo cabe ao Estado investir no Ensino Fundamental e na Educação Básica, para que o problema do analfabetismo saia das dimensões que ainda apresenta no início do Século XXI.

A situação geral dos municípios pesquisados demonstra um resultado positivo do trabalho dos alfabetizadores, refletindo-se nos alunos, e demonstrado pelos índices estatísticos do próprio IBGE.

Numa sociedade permeada por contradições sociais, cabe questionar o papel e a função social desempenhada pela educação, especialmente pela Educação de Jovens e Adultos, pois, neste tecido social de contradição, modernidade e pobreza, a EJA ganha vulto, valorizada pelos educadores e diversos setores da sociedade civil. Assim, a política nacional integrada de EJA, como responsabilidade fundamental de ampliar seu próprio conceito, deve buscar superar as desigualdades sociais, implantar uma política de educação continuada, que não tenha um caráter de educação compensatória, ou seja, deve estar articulada junto ao MEC, aos órgãos orçamentários e às IES, desenvolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 9394/96 de 20/12/ 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Programa Alfabetização Solidária**. princípios orientadores para elaboração de proposta político-pedagógica. Atibaia, São Paulo: Conselho Consultivo da Coordenação de Universidades do PAS, 1999.

BRASIL. MEC/SESU. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Anais. **Programa Universidade Cidadã**. Brasília, 2000

BRASIL. MEC/SESU. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Anais. **Plano Nacional de Extensão**. Brasília, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA & SILVA, E. D. Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Alfabetização Solidária: Avaliação Final**: 1º sem. 1999, Brasília: PAS, 1999.

REIS, R. H. **A Extensão Universitária na relação Universidade-População: A contribuição do campus Avançado Médio-Araguaia – Programa Integrado de Saúde comunitária**. Dissertação de Mestrado. UNB, março, 1988.

SOUSA, A.L.L. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2000.